

DIVULGAÇÃO/ND



Cerca de dez mil pessoas participaram do ato oficial realizado no sábado

# Merisio lança nome ao governo

**Lideranças** de onze partidos lotam centro de eventos em Chapecó para aclamar deputado estadual do PSD

O deputado estadual Gelson Merisio (PSD) oficializou, nesse sábado, a pré-candidatura ao governo do Estado. Cerca de dez mil pessoas lotaram o pavilhão da Efapi, em Chapecó, no Oeste catarinense. A aliança é composta por onze partidos e lideranças dessas legendas discursaram em apoio ao projeto, assim como Merisio, que apresentou as diretrizes que pretende adotar caso seja eleito no dia 7 de outubro.

Conforme Merisio há desafios que terão que ser enfrentados pelo próximo governo, como um percentual de 63% dos servidores públicos estaduais que estarão aptos a se aposentar no ano de 2020. Entre as bandeiras, estabelece a Segurança Pública como prioridade. “Vamos aumentar o efetivo, trazendo policiais de reserva, investindo em tecnologia, fechando as fronteiras e criando um processo de envolvimento efetivo do promotor, do juiz, do prefeito, enfim, da sociedade como um todo numa causa acima das questões partidárias, pessoais e políticas”, afirmou.

Entre as falas em apoio ao projeto, o presidente estadual do PP, Silvio Dreveck, defendeu a candidatura do colega de Assembleia Legislativa. “Não foi o presidente do PP que disse, foram mais de 800 dos nossos convencionais na nossa convenção em 21 de agosto de 2017. A aliança do PP é com o PSD”, afirmou. Outro chefe de partido, Paulo Bornhausen, do PSB, fez coro ao apoio. “Estamos aqui para marcar o futuro de Santa Catarina. Nós vamos começar da base e construiremos, com certeza, a vitória”, disse o ex-deputado federal.

No entendimento de Merisio, o lançamento da pré-candidatura é uma etapa vencida. “Não há tempo de comemorar. Agora, é hora de arregaçar as mangas. Trabalhar, trabalhar e trabalhar. Vamos percorrer cada canto desse nosso Estado num grande caravana do bem. Com fé e coragem, sem medo, porque uma grande vitória nos espera”, disse. ●

“Eu quero fazer um pacto com vocês, o da sinceridade completa. De enfrentar os desafios de frente e com total transparência.”  
**Gelson Merisio (PSD), pré-candidato a governador**

“Você é nosso coordenador, nosso líder para essa caminhada. Agora é arregaçarmos as mangas e trabalhar, trabalhar e trabalhar.”  
**Raimundo Colombo (PSD), ex-governador**

“A candidatura não é mais tua, é minha, é tua, é nossa.”  
**Luciano Buligon (PSB), prefeito de Chapecó**

“Merisio é um homem de palavra. Tenho certeza que será o próximo governador.”  
**Manoel Dias, presidente do PDT**

“Nós republicanos estamos com você, Merisio.”  
**Sérgio Motta, presidente do PRB**

“Santa Catarina precisa de alguém com a coragem que você tem.”  
**Ninfa König (PSB), vereador de Joinville**

“Olha a multidão que você conseguiu trazer para mostrar pra Santa Catarina que esse é o melhor projeto.”  
**Adeliana Dal Pont (PSD), prefeita de São José**



SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO  
DELEGACIA SINDICAL DE SANTA CATARINA

## A PARALISAÇÃO DOS CAMINHONEIROS E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL.

### O QUE O ATAQUE AOS DIREITOS TRABALHISTAS TEM A VER COM ISSO?

Muito se discutiu a respeito das causas da crise provocada pela paralisação dos caminhoneiros, que atingiu o país por completo há alguns dias. Um problema daquela magnitude não tem uma única causa. A dependência brasileira quase que exclusiva do modal de transporte rodoviário é um elemento importante a ser analisado. Um país continental como o Brasil deveria ter realizado investimentos no transporte ferroviário. Ao contrário disso, nos anos JK, o governo brasileiro, cedendo à pressão das grandes indústrias automobilísticas, iniciou o processo de expansão do modelo rodoviário em detrimento das ferrovias. A ditadura continuou o sucateamento das estradas de ferro brasileiras, o que resultou no intenso processo de privatização da RFFSA na década de 90. É absurdo também que o Brasil não invista no modal aquaviário, já que possui diversos rios navegáveis em todas as regiões. Ao lado disso, a atual política de preços da Petrobrás, colocada em prática por Temer e Parente em julho de 2017, determinou que os preços de derivados de petróleo comercializados pela empresa poderiam acompanhar as oscilações internacionais da cotação do óleo cru. Essa medida, que tenta agradar o bolso dos acionistas ainda que sangue o bolso da população brasileira, foi apontada, com razão, como um dos elementos que contribuíram com a crise analisada.

Outros elementos também podem ser considerados centrais nessa discussão. Um deles é exatamente a natureza do vínculo da relação de trabalho entre os chamados “caminhoneiros autônomos” e as empresas transportadoras de carga. Para esse setor, a reforma trabalhista foi adiada na Lei 11.442/2007. Essa lei alterou a condição de milhares de trabalhadores que, antes empregados, passaram agora a ser “patrões de si mesmos”. Aconteceu uma espécie de terceirização, na modalidade comumente chamada de “pejotização”. A referida norma regulamenta a contratação de motoristas autônomos por empresas transportadoras, autorizando a terceirização da atividade-fim ao afastar a configuração de vínculo de emprego nessa hipótese. Trocando em miúdos, o trabalhador motorista, que antes tinha seus direitos garantidos pela legislação trabalhista (registro, garantia de salário mínimo, férias, décimo-terceiro salário, aviso prévio, FGTS, entre outros), passa a ser um “autônomo” e a não fazer jus a nenhum desses direitos. Apesar de ainda estar subordinado às grandes transportadoras, de quem depende economicamente e obedece a ordens e prazos, ele passa a ter de arcar com os custos da sua produção. O caminhão é seu, o combustível assim como todo o custo da produção passam a ser pagos por ele. Nem à jornada de trabalho prevista na CLT esse caminhoneiro é submetido. A Lei 13.103/2015 autoriza o absurdo de jornadas de trabalho diárias de até 12 horas. Não é à toa que o número de acidentes de trabalho envolvendo os motoristas caminhoneiros é enorme, situação que expõe diariamente os próprios motoristas e toda a sociedade a riscos de acidentes nas rodovias brasileiras. De acordo com dados do Ministério da Saúde, desde 2010, ocorrem, em média, quinze mil acidentes envolvendo motoristas do transporte de cargas, com, pelo menos, mil e quinhentas mortes todo ano. Dados da Previdência Social e do Ministério do Trabalho apontam que os motoristas de caminhão são aqueles que mais sofrem acidentes fatais de trabalho, representando 15% dos óbitos. Como se não bastassem todos esses problemas, o tipo de vínculo entre os “autônomos” e as empresas de transporte de cargas cria dificuldade no que se refere à organização da estrutura sindical. Os trabalhadores autônomos, apesar de serem, na prática, empregados, não são representados por organizações sindicais de trabalhadores. Não há entidade para defender seus interesses enquanto categoria na luta e reivindicação por melhores condições de trabalho.

Sendo assim, a natureza do vínculo que envolve os caminhoneiros autônomos, grande maioria dos que participaram das mobilizações na semana passada, também representa um importante fator que contribuiu com a ocorrência da crise. Ela revela, exatamente, os danos da chamada terceirização trabalhista, cujas mazelas se colocam escancaradas à nossa frente. Só não vê quem não quer!



**LUCAS REIS DA SILVA**

Bacharel em Direito e em História. Auditor-Fiscal do Trabalho e Presidente da Delegacia Sindical do Sinaít em Santa Catarina.